



**ATA DA I REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSEA
GESTÃO 2007-2009
26 de outubro de 2007**

Às nove horas e quarenta minutos do dia 26 de outubro do ano de dois mil e sete, no Salão Oeste do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF foi realizada a I Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta: 1. Abertura da Reunião e aprovação da Pauta – 9h às 9:15; 2. Apresentação dos Conselheiros – 9:15 às 9:45h; 3. Desafios para a nova Gestão do CONSEA – 9:45 às 11h; 4. Eleição do Novo Presidente do CONSEA (indicação a ser encaminhada ao Presidente da República) – 11h às 12h; 5. Apresentação sobre a estrutura e o funcionamento do CONSEA – 14h às 15h; 6. Prioridades para a nova Gestão do CONSEA – 15 às 17:30. O Secretário Geral do CONSEA, Ministro Patrus Ananias, deu início à Plenária, convidando o Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, para compor a mesa e auxiliar nos trabalhos. Chico Menezes apresentou, então, a Pauta, que foi aprovada. Chico informou que a Ata da Plenária de junho de 2007 encontrava-se disponível para consulta e que as solicitações de correção deveriam ser encaminhadas ao CONSEA. Chico deu um informe sobre o processo de transição para o novo CONSEA: Comissão nomeada em junho foi incumbida de selecionar as entidades da sociedade que deveriam compor o CONSEA, a partir dos critérios definidos pela III CNSAN. A seguir procedeu-se à apresentação dos novos conselheiros e demais presentes. Passou-se, então, ao 3º ponto da pauta, relativo ao debate sobre os desafios para a nova gestão. Chico Menezes fez uma apresentação dizendo que o CONSEA é um órgão de assessoramento do Presidente da República, e o que mais importa é que ele tenha um caráter propositivo. Listou as atribuições previstas na LOSAN e abordou que ela reafirma a intersetorialidade, prevendo a criação da Câmara Interministerial. Apontou que o CONSEA protagonizou algumas realizações importantes como a própria LOSAN, as propostas para o Orçamento, a interlocução com outros conselhos, a Lei da Alimentação Escolar, a Política Nacional de Abastecimento. Em seguida o Ministro Patrus Ananias tomou a palavra agradecendo ao Presidente Chico Menezes e apontando suas qualidades. Abordou a experiência da intersetorialidade vivenciada pelo CONSEA, destacando o debate sobre o bolsa-família e as políticas de assistência social. Apresentou pontos relativos à representatividade da composição do novo CONSEA, referindo-se à diversidade dos segmentos, das regiões e também à questão de gênero. Apontou como conquistas do CONSEA: a LOSAN, as duas conferências; a ampliação dos CONSEAs, presentes em todos os Estados e em alguns municípios; o aumento do per capita do PNAE e o fortalecimento do PAA. Entre os desafios citou: a construção e consolidação do SISAN, que deveria ocorrer a partir da LOSAN e da sua regulamentação; a garantia do DHAA na Constituição Brasileira, por meio de emenda constitucional; definir em lei o conceito de SAN de forma mais ampla e trabalhar outros pontos tais como qualidade e sanidade dos alimentos e a soberania alimentar como questão estratégica para o país; aprofundar sinergias entre os diferentes sistemas de políticas públicas; integração entre entes federados e definição das co-responsabilidades de Estados e



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



50 Municípios em relação à União; consolidar parcerias com a sociedade civil. A seguir
51 teve início o debate. O conselheiro Werner Fuchs ressaltou as ações da sociedade
52 civil conjugadas em rede com o poder público e que a regulamentação do SUAS prevê
53 isto. Disse que no CONSEA precisaríamos avançar sobre o significado desta
54 articulação em rede. Abordou ainda a questão do desperdício (na indústria, em outras
55 áreas) e da necessidade de se fortalecer os Programas de Compra Local, como na
56 alimentação escolar, por exemplo. O conselheiro Carlos Eduardo Leite apontou a
57 necessidade de se retomar o debate político sobre o desenvolvimento; de se fazer
58 uma revisão no regimento interno criando uma norma para que a Presidência
59 responda às solicitações do CONSEA e sobre a relação Estado – Sociedade civil no
60 uso de recursos públicos, no sentido de se buscar uma regulamentação adequada. A
61 conselheira Regina Miranda apontou para a definição de uma metodologia de trabalho
62 e capacitação dos conselheiros nacionais para o exercício das suas funções (a
63 exemplo do CONSEA-RS) e que esta metodologia de planejamento deve ser
64 participativa, educativa e continuada. A conselheira Sonia Lucena abordou 3
65 questões: a questão do beribéri no Maranhão, frente à perspectiva de que se torne
66 doença endêmica; o crescimento da obesidade, o que requer políticas específicas,
67 hoje inexistentes, e a necessidade de respostas para as propostas de implantação do
68 SISVAN, que até agora não se efetivou. A conselheira Elza Braga destacou a
69 necessidade de regulamentação do SISAN e dos Estados se integrarem no processo.
70 Enfatiza que a política de SAN engloba os Estados e a sociedade civil, que deve ter
71 meios adequados para participar. O conselheiro Renato Maluf aponta que estamos
72 num momento difícil de afirmação da SAN no Brasil. Por boas razões a temática da
73 fome está saindo de cena. É preciso colocá-la no lugar de outra forma. Há também o
74 desafio de superar visões economicistas, colocando o crescimento econômico a
75 serviço da equidade e do ambiente. Apontou ainda para a questão da implantação do
76 SISAN, com ênfase nos Estados e na consolidação do CONSEA. O conselheiro
77 Antonio José da Costa apontou a necessidade de que o Conselho reflita sobre o
78 desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas; demonstrou a
79 preocupação de que o acesso à terra mediante regularização das terras quilombolas
80 seria uma condição para a Segurança Alimentar e Nutricional. A conselheira Elizabeta
81 Recine apontou a necessidade de uma forma de trabalho que desse conta dos
82 principais aspectos da regulamentação da lei, sendo necessário fortalecer a atuação
83 do CONSEA e a atuação das comissões, tendo como referência o Direito Humano à
84 Alimentação Adequada. O conselheiro Fábio Meirelles falou sobre a necessidade de
85 se dar continuidade às ações para superação da fome, definindo, porém, estratégia
86 para incorporação dos beneficiários dos programas de transferência de renda em
87 programas de emprego e renda; abordou ainda a necessidade de fortalecimento dos
88 Conseas Estaduais. A seguir passou-se ao próximo ponto da pauta, referente à
89 indicação do novo Presidente do CONSEA. Chico Menezes conduziu este ponto e
90 esclareceu que caberia ao Presidente da República a designação formal e que o
91 presidente do Conselho deveria ser escolhido entre os membros da sociedade civil. A
92 conselheira Maria Emília Pacheco, representante do FBSAN, fez então a indicação do
93 conselheiro Renato Maluf, pela sua atuação histórica no tema, como formulador
94 acadêmico, pelo debate desse tema junto à sociedade civil e em outros países e pela
95 capacidade de discussão, articulação e mediação demonstrada na última gestão do
96 Consea e na organização da III CNSAN. A conselheira Aldenora Pereira reforçou a
97 indicação de Renato Maluf, em nome do Consea da PB. A assessora do MDS,
98 Adriana Aranha, também reforçou a indicação, lembrando o apoio dado pelo indicado



99 ao prefeito de BH quando foi criada a Secretaria de Segurança Alimentar em 1993.
100 Enfatizou a abordagem da sociedade civil realizada pelo indicado assim como a
101 abordagem de quebra da dicotomia entre desenvolvimento econômico e social. O
102 representante do MMA, Paulo Guilherme, também se pronunciou no sentido de
103 reforçar a indicação de Renato Maluf. Renato Maluf agradeceu pelas referências
104 elogiosas e aceitou a indicação, dizendo-se honrado; aponta para algumas limitações,
105 tendo em vista sua ocupação central como professor/pesquisador, que pretende
106 manter. Chico Menezes procedeu à consulta sobre a indicação, tendo sido recebido
107 40 votos favoráveis, 1 abstenção (Renato) e nenhum voto contrário. Chico Menezes
108 ressaltou o pensamento estratégico do indicado, dizendo ter certeza de que o
109 Presidente Lula irá ratificar a decisão. O Ministro Patrus relembrou a experiência de
110 trabalho com Renato, durante o Governo paralelo, após as eleições de 1988 e
111 também a ocasião do 1º CONSEA, durante o governo Itamar Franco. Os laços com
112 Renato foram estreitados durante a última gestão do CONSEA, consolidou-se como
113 colaborador importante. Sabe que a presidência do CONSEA significará certo
114 sacrifício pessoal, familiar e profissional. TARDE: A plenária foi retomada às 14h,
115 sendo a mesa composta por Chico Menezes, Adriana Aranha (MDS) e Aloísio Melo
116 (Secret Consea). Inicia-se o ponto 5 da pauta, referente à apresentação sobre a
117 estrutura e funcionamento do CONSEA. Os membros da secretaria executiva do
118 CONSEA fizeram uma série de apresentações abordando os seguintes tópicos:
119 atribuições do Consea; normatização do seu funcionamento; atribuições da Secretaria
120 Executiva; atribuições da Assessoria de Comunicação; procedimentos de diárias e
121 passagens para a vinda dos conselheiros às reuniões e plenárias. A seguir inicia-se o
122 ponto 6 da pauta, referente à discussão das prioridades da nova gestão. Carmem
123 Priscila, assessora do CONSEA apresentou um mapa com as deliberações da III
124 CNSAN. Abriu-se então o debate com uma fala do conselheiro Renato Maluf, que
125 propõe 5 eixos de prioridades: Eixo 1: Direito Humano à Alimentação Adequada e
126 Soberania Alimentar, englobando a questão da exigibilidade do Direito Humano à
127 Alimentação Adequada e da difusão da compreensão sobre Soberania Alimentar; Eixo
128 2: Formular uma agenda de prioridades a partir das deliberações da III CNSAN,
129 pactuada com movimentos e Governo; Eixo 3: Estruturação do SISAN, que, numa
130 primeira etapa englobaria a regulamentação do CONSEA, da Câmara Interministerial
131 e o exercício do diálogo com outros Sistemas; Eixo 4: CONSEAs Estaduais –
132 consolidação, reconhecimento público; Eixo 5: Promover a Cooperação Internacional
133 Sul-Sul. Em relação ao funcionamento do CONSEA, Renato acha que deveria se
134 combinar 3 características: (i) capacidade de formulação/proposição de políticas,
135 sendo que a ação dos conselheiros não pode se pautar somente pela defesa de
136 questões setoriais; (ii) espaço de repercussão de demandas sociais; (iii) continuar
137 funcionando como instrumento de ação intersetorial. Em relação às instâncias,
138 observa alguns problemas de funcionamento como a rigidez, o risco de burocratizar o
139 seu funcionamento e o risco de dificultar a intersectorialidade. Propõe que o trabalho
140 de preparação das plenárias não seja por instância mas por grupos temáticos. Isto
141 daria maior flexibilidade ao seu funcionamento; os conselheiros se inscreveriam nos
142 temas. O conselheiro Carlos Eduardo Leite solicitou informações sobre a instância de
143 presidentes dos CONSEAs estaduais, prevista na regulamentação. Questiona ainda
144 sobre a elaboração da política e do plano de SAN e propõe a retomada da discussão
145 dos agrocombustíveis. A conselheira Regina Miranda apontou que é atribuição da
146 CISAN a elaboração da política e do plano. A conselheira Gleyse abordou a
147 necessidade de preparação dos temas e de que cada conselheiro tenha a



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



148 possibilidade de consultar sua entidade, sua base, sua rede. Sônia, do Ministério das
149 Cidades concordou com a divisão por temas, o que permitiria tratar da interface da
150 SAN com os programas de habitação, saneamento e manejo de resíduos sólidos
151 previstos no PAC; assim como o diálogo com Conferências Nacionais das Cidades e
152 da Saúde. Francisco Menezes considerou que o processo de regulamentação da lei
153 está atrasado no que se refere ao CONSEA e a CISAN. Apontou que é necessário
154 definir prioridades e que há questões pendentes: PL PNAE; Política Nacional de
155 Abastecimento, Agrocombustíveis, Regulamentação da Publicidade de Alimentos e a
156 Política para grupos específicos. Quanto às instâncias considerou que há risco de
157 setorialização. Observou, ainda, a necessidade de articulação com os CONSEAs
158 estaduais e definição de estratégia de trabalho com CONSEAs Municipais (selecionar
159 os mais avançados como referência). A conselheira Luciene Burlandy propõe um
160 referencial comum para olhar os temas de uma maneira semelhante, temas
161 integradores, a partir de questões estratégicas para a política e para o sistema. Ex.:
162 DHAA, atores envolvidos, como construir compromissos, mecanismos de
163 intersectorialidade, mecanismos de regulação, a questão da equidade. A assessora
164 do MDS, Adriana Aranha, apontou para a elaboração da proposta de um plano
165 organizado por temas: Acesso, Consumo, Trabalho e Renda, Mobilização e
166 Capacitação e para a definição prazos para processo de elaboração da Política e do
167 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: prazo para CONSEA emitir
168 diretrizes; prazo para Câmara aprovar a Política e Plano; apontou ainda para a
169 necessidade de se fazer o diálogo entre Sistemas. A conselheira Maria Emília
170 Pacheco abordou algumas questões como prioridades: debate sobre Política
171 Energética, abrangendo Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania
172 Alimentar (em vez de abordar diretamente Agrobiocombustíveis); leitura das propostas
173 da III CNSAN, considerando questões que aparecem em diversos eixos e diretrizes;
174 organizar prioridades por políticas estratégicas, e não por temas; pensar a estrutura
175 do Sistema em paralelo à construção da Política e do Plano; pensar ações imediatas
176 (PNAE, PAA) em continuidade às iniciativas anteriores, visando acompanhar
177 incorporação ao PPA; interação com outras Conferências e diálogo com outros
178 Conselhos; potencializar as experiências exitosas no Brasil. O conselheiro Ronaldo de
179 Souza considerou bastante oportuna a proposição sobre soberania, tendo em vista a
180 massificação dos hábitos alimentares; prevendo a necessidade de se retomar a
181 educação alimentar; falou ainda das políticas de apoio às sementes crioulas e
182 regulamentação da Lei dos Cultivares; em dar visibilidade e potencializar experiências
183 de diversificação da produção com base na agroecologia e na questão do apoio à
184 política de plantas medicinais. O conselheiro Antonio José demonstrou preocupação
185 com questões que não aparecem dentro dos temas, como o recorte racial. O
186 representante do MMA, Paulo Guilherme, representante do MMA, destacou a
187 necessidade de se implementar de forma integrada e efetiva o Programa de Manejo e
188 Conservação da Biodiversidade (MMA, MAPA/Conab, MDS) e propôs ainda os
189 seguintes temas: ameaça das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos;
190 reforma agrária e meio ambiente e; agroenergia - expansão da cana-de-açúcar sobre
191 áreas de produção de alimentos. A conselheira Ana Lúcia Pereira propôs a
192 manutenção das Comissões Permanentes neste novo mandato, apontando os
193 avanços obtidos pela Comissão das Populações Negras, além de apontar para a
194 necessidade capacitação dos conselheiros e de se dar prioridade para a regularização
195 fundiária das áreas quilombolas, com interfaces com o MMA e MDA. A conselheira
196 Aldenora Pereira da Silva fez a proposta de apresentar ao CONSEA experiências



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



197 exitosas de resgate de hábitos alimentares e discutir iniciativas de fitoterápicos, que
198 tem tido dificuldades com a Vigilância Sanitária. A conselheira Elza Braga falou que a
199 nova gestão do Consea deveria funcionar como um campo de experimentação da
200 intersectorialidade, apontado que as “populações específicas” deverias estar
201 presentes em todos lugares. A conselheira Virgínia Lunalva Miranda reforçou as
202 preocupações com as mudanças nos hábitos alimentares e a perda dos alimentos
203 tradicionais (aumento do custo do açaí; substituição do açaí por similar
204 industrializado). O conselheiro Renato Maluf disse que a questão do funcionamento
205 tem que ser melhor discutida propondo a divisão em grupos para se discutir as
206 prioridades na próxima plenária. A seguir, a representante do FNDE, Maria do Carmo,
207 prestou homenagem ao colega do Centro Colaborador da Educação Alimentar do
208 Paraná, morto num conflito. Falou sobre a reação da sociedade civil em relação ao
209 episódio. A conselheira Elizabeta Recine falou em se garantir um processo de
210 planejamento coletivo e bem refletido, visando contemplar todo o leque de questões
211 aqui colocadas e sobre a formação dos conselheiros em Direito Humano à
212 Alimentação Adequada, podendo contar com o apoio da ABRANDH; essa capacitação
213 seria necessária para dar base à regulamentação da LOSAN. Roberto, do TEM,
214 propôs se pensar nas tarefas do CONSEA num horizonte de três anos, incluindo:
215 Política e Plano Nacional; marco regulatório das compras governamentais; Relação
216 estado-sociedade civil na execução das políticas públicas; acompanhamento do PPA
217 2008-2011. Disse ainda que o tema central do CONSEA deveria ser o
218 Desenvolvimento articulado à soberania alimentar e Direito Humano à Alimentação
219 Adequada, abordando ainda a necessidade de viabilização dos Sistemas Justos de
220 Produção, Distribuição e Acesso aos Alimentos, em interface com as iniciativas no
221 campo da Economia Solidária. Chico Menezes propôs então que a Presidência do
222 Consea elaborasse uma proposta de metodologia. Em relação à próxima plenária a
223 data prevista seria 27 e 28 de novembro. Sem mais nenhum assunto a ser tratado
224 deu-se por encerrada a reunião.
225
226

Brasília, 26 de outubro de 2007.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO PLENÁRIA

DATA: 26 de Outubro de 2007

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Altemir Tortelli
Ana Lúcia Pereira
Antonio José da Costa
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Elda Regina Leite Galvão de Ávila
Elza Maria Franco Braga
Fabio de Salles Meirelles
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gilberto Portes de Oliveira
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Maria Emilia Pacheco
Naidison de Quintelle Baptista
Nelito Nonato Dornelas
Raimundo Reis Nobre
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sergio Jamil Maluf
Rui Ricard da Luz
Silvia do Amaral do Rigon
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Valeria Paye Pereira
Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carla Bencke
Elisabeta Recine
Ronaldo Carneiro de Sousa
Werner Fuchs

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - Scheila Maria Assis Oliveira
Assessoria Especial da PR - Adriana Santos
Ministério da Educação e Cultura - Albaneide Peixinho
Ministério da Fazenda - Gilson Alceu Bittencourt
Ministério da Saúde - Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial - Ivonete Carvalho
Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Maria Elizabete Pereira
Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome - Márcia Helena Carvalho Lopes
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - José Geraldo França Diniz

Palácio do Planalto, anexo I, sala C2 – Brasília/DF - CEP: 70150-900
Tel: (61) 3411.2747/3411.2746 - Fax: (61) 3411.2301

secret.consea@planalto.gov.br
www.planalto.gov.br/consea



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



274 **Secretaria Especial dos Direitos Humanos** - Romeu Olmar Klich
275 **Ministério da Integração Nacional** - Fabio Eduardo Cunha
276 **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** - Wagner Gonçalves Rossi
277
278

279 **OBSERVADORES**

280 **Ministério das Relações Exteriores** - Milton Rondo
281 **FAO** – Gustavo Chianca